

**CONCURSO PÚBLICO – CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MINAS GERAIS – CREA-MG**

**VESPERTINO – 01/06/2014
NÍVEL SUPERIOR**

PROVA OBJETIVA

CARGOS: PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR – DIREITO

Leia atentamente as INSTRUÇÕES:

1. Confira seus dados no cartão-resposta: nome, número de inscrição e o cargo para o qual se inscreveu.
2. Assine seu cartão-resposta.
3. Aguarde a autorização do Fiscal para abrir o caderno de provas. Ao receber a ordem do fiscal, confira o caderno de provas com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões ou falha de impressão será aceita depois de iniciada a prova.
4. Sua prova tem **50** questões, com **4** alternativas.
5. Preencha toda a área do cartão-resposta correspondente à alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas, ou rasuradas, ou marcadas diferentemente do modelo estabelecido no cartão-resposta poderão ser anuladas.
6. O cartão-resposta não será substituído, salvo se contiver erro de impressão.
7. Cabe apenas ao candidato a interpretação das questões, **o fiscal** não poderá fazer nenhuma interferência.
8. A prova será realizada com duração máxima de **4 (quatro) horas**, incluído o tempo para a realização da prova objetiva e o preenchimento do cartão-resposta.
9. O candidato poderá retirar-se do local de realização das provas somente **1h (uma hora)** após o seu início.
10. O candidato poderá retirar-se da sala levando consigo o caderno da prova objetiva **somente 1h30min (uma hora e trinta)** após o seu início.
11. Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala o cartão-resposta preenchido e assinado.
12. Os **3 (três)** últimos candidatos que realizarem a prova deverão permanecer na sala para acompanhar o fechamento do envelope contendo os cartões-resposta dos candidatos presentes e ausentes e assinar a ata de sala atestando que o envelope foi devidamente lacrado.

BOA PROVA!

LÍNGUA PORTUGUESA

Atenção, baseie-se no texto a seguir: “Hipocrisias, vícios e virtudes”, de Helio Schwartzman, para responder às próximas cinco (5) questões.

SÃO PAULO - O que me fascina na mente humana é sua capacidade de dissolver contradições e, com isso, transformar o que todos veem como inequívocas violações morais, se não em virtudes, ao menos em deslizes menores – quando não em mera intriga de opositores.

Esse roteiro se aplica a todos, do assassino que se justifica apelando aos maus-tratos a que foi submetido na infância até o sujeito que recorre à neurociência para explicar por que não pôde deixar de olhar para as pernas da moça bonita. Mas, se há uma categoria para a qual ele cai como uma luva, é a dos políticos e religiosos que, flagrados entre fatos inegáveis e declarações desastradas, vão se enredando em escândalos com potencial de destruir suas carreiras.

Esse é o caso do ainda deputado André Vargas e, um pouco antes, o do ex-senador Demóstenes Torres. Mas a lista poderia ser ampliada para incluir representantes de todas as confissões e ideologias. Por uma combinação de sadismo com igualitarismo, nós nos deleitamos ao ver figuras poderosas caindo em desgraça.

É preciso, porém, cuidado para não incorrer no mesmo erro que eles e nos imaginarmos imunes a essas vicissitudes. É verdade que a maioria de nós, por não posar de baluartes da ética, jamais tombaremos tão feio. Mas isso não significa que não lidemos diariamente com nossas pequenas e médias hipocrisias.

Uma série de experimentos psicológicos revela que, sob as condições certas, isto é, com a garantia de que não seremos apanhados e qualquer coisa que se assemelhe a uma justificativa, a maioria de nós trapaceia. Pior, acabamos acreditando, ainda que claudicantemente, nessa justificativa. Se não fosse assim, seríamos incapazes de cultivar uma autoimagem pelo menos aceitável.

Mais do que a homenagem que o vício presta à virtude, a hipocrisia é a forma que o cérebro encontrou para lidar com as complexidades e ambiguidades que povoam nossas vidas.

(Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/helioschwartzman/2014/04/1442412-hipocrisias-vicios-e-virtudes.shtml>> Acesso em: 06 de maio de 2014)

1. No artigo, Schwartzman defende a tese segundo a qual

- a) o homem é capaz de acabar com contradições, e assim, passa a cometer mais violações morais, independente de sua classe social ou raça.
- b) ao ser capaz de dirimir contradições, o homem consegue converter violações morais em pequenos vícios ou até mesmo em virtudes.
- c) como o homem é capaz de enlear contradições, o homem passa a transformar vícios e violações morais em pequenos defeitos ou até mesmo em virtudes.
- d) a mente humana apresenta a capacidade de diluir contradições, mas não é capaz de avaliar se os atos são morais ou não.

2. Para Schwartzman, os que mais acabam com as contradições e cometem violações morais são:

- a) Todos, do assassino que se justifica apelando aos maus-tratos a que foi submetido na infância até o sujeito que recorre à neurociência para explicar por que não pôde deixar de olhar para as pernas da moça bonita (...).
- b) Todos os homens, pois todos temos a capacidade de dissolver as contradições e cometer pequenas violações, levando todos a crerem que não se trata de mera intriga da oposição.
- c) Todos, mas, particularmente, os políticos e religiosos que, flagrados entre fatos inegáveis e declarações desastradas, vão se enredando em escândalos com potencial de destruir suas carreiras.
- d) Todos, excetuando-se os políticos e religiosos, vítimas de intolerância religiosa e preconceito contra políticos.

3. A expressão “Esse roteiro” refere-se

- a) às intrigas entre opositores.
- b) às ações do homem em ver inequívocas violações morais.
- c) à capacidade de dirimir as contradições e transformar as violações morais em virtudes ou em deslizes menores.
- d) ao fascínio da mente humana em dissolver contradições.

4. Analise se as afirmações a seguir são coerentes ao pensamento do autor.

I – O autor defende que, no cotidiano, estamos ilesos às vicissitudes, não amenizamos as contradições que possibilitam transformar violações morais em pequenos delitos.

II – O autor acredita que nós sentimos deleite ao ver figuras poderosas cair em desgraça devido a uma mistura de sadismo com igualitarismo. Contudo, somos imunes a essas vicissitudes, pois não posamos de baluartes da ética.

III – O autor afirma que nós sentimos prazer ao ver pessoas ilustres transformando inequívocas violações morais em pequenos delitos e, por isso, caindo em desgraça. Mas adverte que nós não estamos imunes a essas eventualidades.

IV – Para o autor, figuras ilustres metem-se em escândalos capazes de destruir suas carreiras justamente por conta dessa capacidade que o ser humano tem de dissolver as contradições e isso, por sua vez, permite que as violações morais sejam consideradas pequenos delitos ou até mesmo intriga da oposição.

V – Os experimentos psicológicos citados pelo autor demonstram que a maioria, em condições ideais, está propensa a cometer pequenos deslizes.

VI – Apenas uma minoria de pessoas ilustres é hipócrita e cede aos seus desejos perante a moral.

VII – O autor revela-se pessimista sobre a conduta das pessoas de uma forma geral, concluindo que a hipocrisia é uma forma que o cérebro encontrou para lidarmos com situações complexas e ambíguas.

Estão corretas as afirmativas feitas somente em:

- a) I, II, III, IV, V, VII
- b) I, II, V, VI, VII
- c) II, III, IV, VII
- d) III, IV, V, VII

5. Alguns dos assuntos explorados no texto podem ser relacionados aos ditados populares abaixo, excetuando-se:

- a) Para quem sabe ler, um pingão é letra.
- b) A ocasião faz o ladrão.
- c) Todo homem tem seu preço.
- d) Quem tem telhado de vidro não deve atirar pedra ao do vizinho.

6. Imagine a situação: “Uma dona de casa acabou de preparar o almoço e convidou seus familiares para iniciarem a refeição da seguinte forma: ‘__Vamos comer pessoas?’ O filho, adolescente, aproveitou o ensejo e respondeu: Credo, mãe!”.

Com base no exposto, assinale a alternativa que analisa corretamente a situação.

- a) A frase dita pela dona de casa é ambígua, isto é, permite dupla interpretação devido ao sentido conotativo do verbo *comer*, usado em situações informais. Para significar o que a mãe intencionava de fato, a frase deveria ser reescrita da seguinte forma: “__Vamos comer, pessoas?”.
- b) A frase dita pela dona de casa fere um dos princípios da semântica, segundo o qual, um termo deve ter um sentido específico em cada situação, independente se formal ou não. Assim, para significar o que a mãe intencionava de fato, a frase deveria ser reescrita da seguinte forma: “__Vamos comer, pessoal?”.
- c) A frase dita pela mãe apresenta uma inadequação vocabular devido ao uso do verbo *comer* em uma situação formal como a relatada. Para significar o que a mãe intencionava de fato, a frase deveria ser reescrita da seguinte forma: “__Vamos almoçar, ilustres pessoas?”.
- d) A frase dita pela mãe demonstra um desvio sintático porque ela usou o vocábulo “pessoas”, que só tem sentido na posição de sujeito e não de objeto. Para significar o que a mãe intencionava de fato, a frase deveria ser reescrita da seguinte forma: “__Pessoas, vamos comer?”

Atenção: Leia atentamente a charge a seguir para responder às próximas duas(2) questões:



(Disponível em: < <http://3.bp.blogspot.com/-9VeUwdqEKek/U0aPAL2HwII/AAAAAAAC6w/LgiGibJsEJ4/s1600/tosse.jpg> > Acesso em: 06 maio de 2014)

7. Analise as informações dadas a respeito da charge:

- I – O humor da charge decorre da quebra de expectativa do leitor, pois ao ler a expressão coloquial: “você vai ver o que é bom pra tosse”, espera-se que o personagem bata no garoto.
- II – A ambiguidade presente na expressão “você vai ver o que é bom pra tosse” é intencional, isto é, constitui um recurso de estilo e não um vício de linguagem.
- III – A ambiguidade presente na expressão “você vai ver o que é bom pra tosse”, embora seja um dos elementos responsáveis pelo humor, ainda assim constitui um vício de linguagem, pois não importa o contexto, deve-se usar sempre o vocabulário adequado, evitando ambiguidades.
- IV – O uso do vocativo “Aê, maluco!” constitui uma forma de expressão usada na linguagem informal e também pode contribuir para a expectativa de que haverá uma agressão.
- V – O uso do sujeito “Aê, maluco!” constitui uma gíria condenada em situações formais e constitui um indício de agressão.

Estão corretas apenas as afirmativas feitas em:

- a) I, II e IV
- b) I, III e IV
- c) III e V
- d) I, II e V.

8. Platão e Fiorin explicam que a coerência no nível da linguagem ocorre quando se escolhe a variedade linguística (léxico e estruturas sintáticas) de acordo com o público-alvo do texto. “Assim, é incoerente colocar expressões chulas ou da linguagem informal num texto caracterizado pela norma culta formal” (2006, p. 400). Baseando-se nessa informação, assinale a alternativa correta:

- a) A charge apresenta incoerência no nível da linguagem, pois não deveria apresentar uma variante informal, como “Aê, maluco!”, visto que se deve priorizar a pureza linguística.
- b) O vocabulário usado pela personagem da charge no cumprimento ao garoto não constitui um exemplo de incoerência semântica, ao contrário, contribui para o efeito de sentido humorístico da charge.
- c) As charges são gêneros textuais extremamente formais, visto que são publicadas em jornais de grande circulação, devem, portanto, utilizar a linguagem padrão para adequar-se ao seu público culto. Dessa forma, houve incoerência no nível da linguagem.
- d) O autor valeu-se do cumprimento informal “Aê, maluco” com o intuito de criticar a imagem das pessoas que falam dessa forma, usam gírias, demonstrando preconceito linguístico e sendo incoerente do ponto de vista ético.

Analise o seguinte *slogan* de uma campanha publicitária para responder às próximas três(3) questões: **“IMPLANTE CONHECIMENTO”**.

9. Observe como o slogan destacou o “**IM**”: **“IMPLANTE O CONHECIMENTO”**.

Assinale a alternativa correta sobre o processo de formação de palavras presente no termo “**implante**”:

- a) Os publicitários criaram uma palavra por derivação imprópria e o destaque ao prefixo “im-” indica a negação expressa pelo termo.
- b) Os publicitários criaram uma palavra por derivação prefixal e o destaque ao prefixo “im-” indica o duplo sentido que o termo expressa nesse contexto: plante o conhecimento ou o implante.
- c) Os publicitários criaram uma palavra por derivação sufixal e o destaque ao sufixo “im-” indica o duplo sentido que o termo expressa nesse contexto: plante o conhecimento ou o implante.
- d) Os publicitários criaram uma palavra por derivação parassintética, acrescentando o prefixo “im-” e o sufixo “e”, indicando a dupla possibilidade que o cliente tem de plantar ou implantar o conhecimento.

10. Ainda a respeito do *slogan*: **“Implante o conhecimento”**, está correto afirmar que:

- a) Trata-se de um período simples, em que o sujeito está elíptico e “o conhecimento” desempenha a função sintática de objeto indireto do verbo “implante”.
- b) Trata-se de um período simples, em que o sujeito está indeterminado e “o conhecimento” desempenha a função sintática de objeto direto do verbo “implante”.
- c) Trata-se de um período simples, em que o sujeito está elíptico e “o conhecimento” desempenha a função sintática de objeto direto do verbo “implante”.
- d) Trata-se de um período simples, em que o sujeito está expresso e “o conhecimento” desempenha a função sintática de adjunto adverbial na oração.

11. No slogan: **“Implante o conhecimento”**, predomina a seguinte função da linguagem:

- a) poética.
- b) apelativa/conativa.
- c) referencial.
- d) fática.

12. Koch e Travaglia (1997, p. 21) explicam que a coerência está: “diretamente ligada à possibilidade de se estabelecer um sentido para o texto, ou seja, ela é o que faz com que o texto faça sentido para os usuários, devendo, portanto, ser entendida como um princípio de interpretabilidade, ligada à inteligibilidade do texto numa situação de comunicação e à capacidade que o receptor tem para calcular o sentido deste texto”.

Relacione essas informações à charge abaixo e assinale a alternativa correta.



Chargeonline.com.br - © Copyright do autor

(<http://www.chargeonline.com.br/php/DODIA/migueljc.jpg> Acesso em: 06/05/2014)

- a) A charge não faz sentido ao leitor, isto é, trata-se de um texto incoerente, pois não é possível interpretá-la.
- b) A ausência de elementos coesivos e de palavras na charge impede que o leitor atribua coerência a ela.
- c) O leitor é capaz de atribuir sentido ao texto, isto é, de considerá-lo coerente, apenas se tiver conhecimento prévio sobre o assunto ao qual ela se refere.
- d) A charge apresenta apenas uma imagem de um vaso sanitário com tinta vermelha e sobre ele, holofotes, o que não faz sentido a nenhuma situação de comunicação.

13. A função da linguagem predominante na charge do exercício anterior é:

- a) conativa/apelativa.

- b) emotiva.
- c) metalinguística.
- d) referencial.

Analise com atenção a charge e o texto a seguir para responder às próximas quatro questões.

JUSTIÇA COM AS PRÓPRIAS MÃOS



(Disponível em: <http://www.chargeonline.com.br/php/charges/AUTO_dalcio.jpg> Acesso em: 06 de maio de 2014)

Hobbes nas ruas, Felipe Pondé

Dias atrás, o Brasil se chocou com cenas de violência nas ruas. Pessoas comuns batendo em supostos (ou comprovados) bandidos. Policiais tendo que protegê-los da fúria da gente comum.

De um lado, uma jornalista faz comentários arriscados na TV, do outro, setores da intelligentsia pedem providências do Ministério Público contra a jornalista, botando ainda mais lenha na fogueira da atmosfera de ódio e ressentimento que toma conta, lentamente, da alta, média e baixa culturas nacionais.

Não se pode defender o espancamento na rua, mesmo sendo bandido. Só o Estado detém o monopólio legítimo da violência. Mas é esta mesma intelligentsia (tribunais, universidades, mídia, escolas, ONGs) que vem sistematicamente erodindo esse monopólio legítimo da violência que pertence à polícia. Claro que os erros desta precisam ser sanados, mas a sociedade não faz nada para melhorar o tratamento institucional dado à polícia, e sem ela, sim, a gente comum vai espancar supostos (ou comprovados) bandidos na rua. E vai piorar.

O espancamento de supostos (ou comprovados) bandidos na rua é parte do fenômeno de massa que os inteligentinhos chamam de "jornadas de junho", num esforço de reviver a ejaculação precoce que foi o Maio de 68 na França, aquela revolução de mimados.

Lembremos que quando as manifestações do ano passado atingiram o nível de massa, os inteligentinhos começaram a gritar dizendo que o movimento (deles!) tinha sido sequestrado por setores "conservadores" da sociedade. Para eles, "conservador" é todo mundo que não os obedece e não os teme, mesmo que seja apenas para parar a Paulista.

Se no ano passado vimos uma inesperada crise na representação política, agora assistimos a um crescente rompimento do contrato social. E quem está na rua é o homem descrito pelo intelectual honesto que foi Hobbes, e não o pseudo-homem dos "delírios do caminhante solitário" e vaidoso Rousseau. (...)

(Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2014/02/1413114-hobbes-nas-ruas.shtml> Acesso em: 06 de maio de 2014)

14. Com base na interpretação da charge e do texto "Hobbes nas ruas", está correto afirmar que:

- a) Ambos os textos abordam um tema comum: o espancamento de cidadãos, já que a polícia, a justiça e o estado não cumprem seus papéis. Os autores dos textos apresentam opiniões totalmente divergentes do assunto.
- b) A charge e o texto abordam assuntos distintos e ênfases diferenciadas, porém, há uma intertextualidade explícita entre eles.
- c) A charge e o texto não abordam o mesmo tema, pois o tema da charge é "Justiça com as próprias mãos" e o do artigo de Pondé é "Hobbes nas ruas".
- d) Ambos os textos abordam um tema comum: cidadãos fazendo justiça com as próprias mãos, havendo, portanto, uma intertextualidade entre eles. Além disso, é possível equiparar a opinião dos dois autores fazendo algumas ressalvas.

15. Analisando a charge e o texto, está incorreto afirmar que:

- a) De uma forma geral, a charge faz uso da conotação e o texto de Pondé, da denotação.

- b) Os animais são usados na charge para simbolizar o momento de selvageria, irracionalidade, o instinto e o impulso que tomam conta dos cidadãos que agem sem pensar e violentamente agredem os supostos condenados fazendo justiça com as próprias mãos.
- c) Tanto a charge como o texto de Pondé condenam a prática recente na sociedade brasileira de intolerância e violência nas ruas que têm chocado o país.
- d) Não há uma relação coerente entre o título do texto de Pondé e sua opinião, assim como na charge não há uma relação semântica clara na repetição desnecessária do substantivo “mãos”.

16. Analisando os elementos que conferem coesão e coerência aos textos, está incorreto afirmar que:

- a) Não há elementos de coesão na charge, pois não se observa a presença de pronomes, numerais, advérbios e outras categorias responsáveis pela referenciação.
- b) Na charge, a frase nominal interrogativa “Mãos” é essencial para a compreensão da opinião do cartunista, que compara à atitude dos agressores que fazem justiça com as próprias mãos à ferocidade e irracionalidade dos animais selvagens, indicando que não se comportam como humanos e sim como animais.
- c) No texto “Hobbes nas ruas”, o uso do pronome oblíquo átono (protegê-**los**) constitui importante elemento de coesão anafórico, pois evita a repetição desnecessária do substantivo “bandidos”, fazendo-lhe adequada remissão.
- d) No trecho de “Hobbes nas ruas”: “Claro que os erros **desta** precisam ser sanados, mas a sociedade não faz nada para melhorar o tratamento institucional dado à polícia, e sem **ela**, sim, a gente comum vai espancar supostos (ou comprovados) bandidos na rua.”, os pronomes destacados constituem elementos coesivos anafóricos, pois fazem referência ao termo “polícia”, já expresso anteriormente.

17. A respeito dos termos “próprias” e “mãos”, usados na charge, está correto afirmar que:

- a) a palavra “próprias” é acentuada por ser uma oxítone terminada em ditongo, já “mãos” é um monossílabo tônico que não recebe acento, mas sim sinal gráfico.
- b) a palavra “próprias” é acentuada por ser uma paroxítona terminada em ditongo aberto, já “mãos” é um monossílabo tônico que não recebe acento, mas sim sinal gráfico.
- c) a palavra “próprias” é acentuada por ser uma paroxítona terminada em ditongo crescente, já “mãos” é um monossílabo átono e por isso, não recebe acento, mas sim sinal gráfico.
- d) a palavra “próprias” é acentuada por ser uma paroxítona terminada em ditongo, já “mãos” é um monossílabo tônico que não recebe acento, mas sim sinal gráfico.

Leia atentamente uma mensagem trocada no WhatsApp por um casal cujo filho está gripado e responda à questão 15:

Marido: Amor, liga no Dr. Pq a noite dá uma crise de tosse nele!!! (Passam alguns minutos e o marido não recebe resposta, então, escreve novamente)

Marido: Ligou lá amore????

Esposa: Naum vou ligar

Esposa: ele mandou dar xarope fitoterápico.

(Texto criado pela autora)

18. A respeito das mensagens trocadas no aplicativo citado, está incorreto afirmar que:

- a) A ausência de pontuação na mensagem da esposa não altera o sentido da mensagem, pois esta apresenta apenas um sentido; significa que a esposa não fará a ligação para o médico. A pontuação no texto demarca apenas funções sintáticas, não estando ligada ao sentido.
- b) A mensagem da esposa: “Naum vou ligar” significa literalmente que ela não fará a ligação para o médico. Contudo, a partir da leitura da mensagem seguinte: “ele mandou dar xarope fitoterápico”, pressupõe-se que ela tenha ligado para o médico.
- c) De acordo com o contexto do diálogo, é possível afirmar que a pontuação é essencial para o sentido do texto, pois sem a vírgula, a frase “Não vou ligar” expressa categoricamente que a ligação não será feita, já com a vírgula (“Não, vou ligar”), o sentido é que a ligação ainda não foi feita, mas será realizada.
- d) O uso de abreviações, excesso de pontuação, falta de sinais gráficos, acentos e até pontuação não são recursos extremamente prejudiciais em mensagens eletrônicas, em meios virtuais, em que maus entendidos podem ser desfeitos e não se exige grande formalidade entre interlocutores (com grau de intimidade relativo). Todavia, em ocasiões formais e em suportes diversos, tais recursos devem ser evitados.

19. Leia o texto a seguir:

“Está se tornando frequente, escutarmos sobre gravações de conversas do advogado com seu cliente. Nos últimos meses, como é de conhecimento da grande maioria, tal a divulgação nos veículos de comunicação, ocorreram gravações de áudio e vídeo em parlatórios, ocorre, que estes são locais destinados a conversas reservadas entre advogados e clientes presos, um verdadeiro absurdo”.

(Disponível em: < http://www.luizfelipemagalhaes.com.br/artigo_ler.php?id=24> acesso em: 06 de maio de 2014)

Analise as informações a seguir a respeito do trecho lido:

I – O uso da vírgula no trecho “Está se tornando frequente,” constitui um desvio da seguinte regra gramatical: não se separam termos sintáticos diretamente ligados entre si, como sujeito e verbo e verbo e objeto, por exemplo.

II – O texto apresenta problemas em sua formulação sintática, como a expressão “ocorre, que”, típica da linguagem oral e inadequada a um comentário escrito. Em seu lugar, ficaria mais apropriado começar uma nova oração usando uma conjunção com valor semântico de oposição, como por exemplo: Contudo, estes são locais...

III – No trecho: “destinados a conversas”, a preposição “a” deveria receber acento grave indicativo de crase de acordo com as regras da norma padrão.

IV – A expressão “um verdadeiro absurdo” foi colocada em uma posição que prejudica a clareza e a coesão textuais. Para evitar a ambiguidade, o autor poderia introduzir uma nova oração, deixando clara sua opinião, como por exemplo: “Essa situação é um verdadeiro absurdo”.

V – O texto está bem redigido, visto que não apresenta problemas em sua formulação, o autor expressou-se de forma clara e objetiva, revelando sua indignação.

Estão corretas as afirmativas feitas em:

- a) I, II, III, IV, apenas.
- b) I, II, IV, apenas.
- c) I, II, III, IV, V.
- d) V, apenas.

20. Assinale a alternativa redigida de acordo com a norma padrão:

- a) A recisão do contrato foi agendada para início da semana que vem, portanto o senhor precisará ter paciência para assinar-lhe.
- b) Vossa Excelência se refere a alvará que ele foi sequestrado? Requisitar-lhe-ei um pedido de reconsideração!
- c) Há uma pretensiosa e excessiva erudição no “juridiquês”, além dos brocardos que obstam a compreensão dos discursos orais e escritos.
- d) Eu exordeio em todas as sessões, mas não pude expressar-me a respeito da prevaricação de meu colega.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

21. A Placa Mãe é responsável por gerenciar toda a transação entre processador e os periféricos. Quais são os componentes principais da Placa Mãe?

- a) Chipset, Barramentos, Memória e Slot.
- b) Chipset, BIOS, Processador e Slot.
- c) Chipset, BIOS, Barramentos e Slot.
- d) BIOS, Processador, Memória e Slot.

22. Os discos rígidos são dispositivos de armazenamento destinados a grande quantidade de dados. Sobre discos rígidos podemos afirmar que:

I – Fisicamente, um disco rígido pode ser visto como um composto de dois grandes blocos.

II – O primeiro bloco é um conjunto de discos magnéticos superpostos em alturas diferentes com auxílio de um eixo central.

III – O segundo bloco é uma estrutura mecânica que suporta um conjunto de cabeçotes.

Das afirmativas acima, qual(is) está(ão) incorreta(s)?

- a) Somente I e III.
- b) Somente I.
- c) Somente II e III.
- d) Nenhuma.

23. Para realizarmos um acesso a um disco rígido, é necessário posicionar o cabeçote de leitura e escrita sob um determinado setor e trilha, onde o dado será lido ou escrito. O tempo total de acesso ao disco seja para leitura ou escrita é dado pela seguinte fórmula: $T_{\text{acesso}} = T_{\text{Seek}} + T_{\text{Transferencia}}$. Sendo assim, podemos afirmar que :

I – Tempo de Seek: tempo necessário para deslocar o cabeçote de leitura e escrita até o cilindro correspondente à trilha a ser acessada.

II – Tempo de Latência: tempo necessário, uma vez o cabeçote posicionado na trilha correta, para o setor a ser lido, ou escrito, se posicionar sob o cabeçote de leitura e escrita no início do setor a ser lido ou escrito.

III – Tempo de Transferência: não corresponde ao tempo necessário à transferência de dados, isto é, a leitura ou escrita de dados.

Das afirmativas acima, qual(is) está (ão) correta(s)?

- a) Somente I.
- b) Somente III.
- c) Somente I e II.
- d) I, II e III.

24. O teclado é o principal periférico de entrada de dados utilizados na integração direta de usuário com o computador. O procedimento de ler os dados do teclado e escrevê-los na tela denomina-se Ecoamento. Quando se tem várias Janelas abertas, os caracteres digitados devem ser direcionados à janela correta. Dois métodos são normalmente empregados. Sendo assim podemos afirmar que:

I – No método centralizado, o drive do teclado disponibiliza um conjunto de Mini Buffers, os quais podem ser encadeados para formar um buffer maior. Nesse caso, para cada janela aberta, o sistema operacional atribui uma estrutura de dados, na qual um dos seus elementos é um ponteiro utilizado para referenciar a lista encadeada de mini buffers.

II – No método dedicado, a Bufferização é feita diretamente em uma área de memória provida pela estrutura de dados associada ao terminal. Nesse caso, o número de entradas para o terminal é limitada pelo tamanho do buffer dessa estrutura.

Das afirmativas acima, qual(is) está (ão) incorreta(s):

- a) Somente I.
- b) Somente II.
- c) Nenhuma.
- d) Somente I e II.

25. E-mail (abreviatura de electronic mail, correio eletrônico) é uma forma rápida e prática de se comunicar com outras pessoas. Sobre isso, analise as afirmativas:

I – É possível enviar uma mensagem de e-mail para qualquer pessoa que tenha um endereço de e-mail. Você pode receber mensagens de qualquer pessoa que saiba seu endereço de e-mail e depois ler e responder a essas mensagens.

II – Além de mensagens de e-mail simples contendo texto, você pode enviar praticamente qualquer tipo de arquivo em uma mensagem de e-mail, como documentos, imagens e música. Um arquivo enviado em uma mensagem de e-mail é denominado anexo.

III – Você não pode enviar uma mensagem de e-mail para muitas pessoas ao mesmo tempo. Os destinatários podem responder ao grupo inteiro, permitindo discussões em grupo.

IV – Quando você recebe uma mensagem de e-mail, pode encaminhá-la a outras pessoas sem precisar digitá-la novamente.

Das afirmativas elencadas, qual(is) está(ão) correta(s)?

- a) Somente I e II.
- b) Somente I, II e IV.
- c) Somente I, III e IV.
- d) Somente I, II, III e IV.

26. A Internet representa a rede mundial de computadores, sendo utilizada para várias finalidades: uso científico, educacional, comercial, dentre outras. Através dos recursos da Internet, é possível encontrar informações sobre uma grande diversidade de assuntos. Sendo assim, podemos afirmar que:

I – Browsers, Programas ditos navegadores – ou paginadores – são utilizados para a interpretação e visualização na Internet de páginas web. Exemplos: Netscape®, Firefox®, Safari®, Opera®, Internet Explorer® etc.

II – Upload, É o ato de transferir para um computador local dados (geralmente arquivos) de um computador remoto, ou de um computador servidor numa rede; assim como copiar dados de uma fonte principal para um dispositivo periférico. Trata-se do processo de recebimento de dados, ou arquivos, de um computador remoto.

III – WWW. Abreviação de World Wide Web. É a tecnologia, ou conjunto de regras (protocolo), que permite “navegar”, através de paginadores (browsers), pelos sítios na Internet, bem como ter acesso a outros serviços da Internet.

Das afirmativas acima, não está(ão) incorreta(s).

- a) Somente I.
- b) Somente II.
- c) Somente III.
- d) Somente I e III.

27. O backup é um procedimento especial de cópia de dados e arquivos de programas de computador de um dispositivo para o outro, com o objetivo de posteriormente os recuperar no caso de existir

algum incidente, ou de se necessitar ter acesso a uma informação de uma data passada, que não esteja mais disponível no sistema. Sendo assim, podemos afirmar:

I – Este tipo de procedimento de cópia de segurança, backup completo, consiste em copiar todos os arquivos para a mídia apropriada, previamente destinada. Se os dados e arquivos que estão sendo copiados nunca mudam, cada backup completo será igual aos outros, ou seja, os arquivos copiados serão sempre iguais.

II – Ao contrário do backup completo, os procedimentos de cópias do tipo incremental primeiro verificam se o horário de alteração de um arquivo é mais recente que o horário de seu último backup. Se não for, isto significa que o arquivo não foi modificado desde o último backup, assim pode ser ignorado desta vez, ou seja, não será realizado o procedimento de cópia de segurança. Por outro lado, se a data de modificação é mais recente que a data do último backup, isso significa que o arquivo foi modificado e deve ser realizado seu backup.

III – Os procedimentos de backup diferencial são similares aos backups incrementais, pois ambos fazem cópias de arquivos modificados. No entanto, os procedimentos de cópia do tipo diferencial são acumulativos, em outras palavras, toda vez que um arquivo for modificado, este continuará a ser incluso em todos os backups diferenciais. Isso significa que cada backup diferencial contém todos os arquivos modificados desde o último backup completo, possibilitando executar uma restauração completa somente com o último backup completo e o último backup diferencial, caso precise da última versão do arquivo, ou da versão que desejar na data especificada.

Das afirmativas apresentadas, qual(is) está(ão) correta(s)?

- a) Somente I, II e III.
- b) Somente I e II.
- c) Somente II e III.
- d) Somente III.

28. Backup é um termo inglês que tem o significado de cópia de segurança. São tipos de armazenamento de backup, exceto:

- a) SAN: servidores de Armazenagem de dados, com capacidade superior a 01 TB (Terabyte).
- b) Wireless.
- c) DVD-R/RW, com capacidade de 4.7 GB.
- d) CD-R/RW, com capacidade de 700 MB.

29. Quantas colunas são permitidas numa planilha do programa Microsoft Excel 2010?

- a) 512 colunas, intituladas de A até ZZ.
- b) 32 colunas, intituladas de A até BF.
- c) 8663, intituladas de A até LUE.
- d) 16384, intituladas de A até XFD.

30. Cinco células de uma planilha Microsoft Office Excel 2010 possuem os seguintes valores: A1=1200; A2=900; A3=900; A4 = 200; A5 = 200. Qual o resultado da fórmula =MAIOR(A1:A5;3)?

- a) 1200
- b) 900
- c) 200
- d) Erro

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Analise as assertivas abaixo:

I – Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

II – Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

III – Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.

IV – É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita e irrevogável do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

V – Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.

Tendo em vista o que dispõe o Código Civil brasileiro acerca dos direitos da personalidade, é correto o que se afirma em:

- a) I, II, III, IV e V.
- b) I, II, III e V, somente.
- c) II, III, IV e V, somente.

d) II, III e V, somente.

32. Analise as assertivas a seguir, acerca do mandato:

I – O mandato presume-se gratuito quando não houver sido estipulada retribuição, exceto se o seu objeto corresponder ao daqueles que o mandatário trata por ofício ou profissão lucrativa.

II – Se o mandato for oneroso, caberá ao mandatário a retribuição prevista em lei ou no contrato. Sendo estes omissos, será ela determinada pelos usos do lugar, ou, na falta destes, por arbitramento.

III – A aceitação do mandato pode ser tácita, e resulta do começo de execução.

IV – O mandato pode ser especial a um ou mais negócios determinadamente, ou geral a todos os do mandante.

V – O mandato em termos gerais só confere poderes de administração.

Tendo em vista o que dispõe o Código Civil brasileiro, é correto somente o que se afirma em:

a) I, II, III, IV e V.

b) II, III e V.

c) I, IV e V.

d) I, III e IV.

33. É defeso às partes, ainda que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios. O juiz poderá, nas comarcas onde for difícil o transporte, prorrogar quaisquer prazos, mas nunca por mais de:

a) 10 dias.

b) 20 dias.

c) 30 dias.

d) 60 dias.

34. Assinale a alternativa incorreta acerca da ação de descumprimento de preceito fundamental, tendo em vista o que dispõe a Lei nº 9.882/1999:

a) A petição inicial será indeferida liminarmente, pelo relator, quando não for o caso de arguição de descumprimento de preceito fundamental, faltar algum dos requisitos prescritos nesta Lei ou for inepta.

b) Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.

c) O Supremo Tribunal Federal, por decisão de 3/5 de seus membros, poderá deferir pedido de medida liminar na arguição de descumprimento de preceito fundamental.

d) A decisão sobre a arguição de descumprimento de preceito fundamental somente será tomada se presentes na sessão pelo menos dois terços dos Ministros.

35. Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

I – Mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade.

II – Idoneidade moral e reputação ilibada.

III – Notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.

IV – Mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.

É correto o que se afirma em:

a) I, II e III, somente.

b) II e III, somente.

c) II, III e IV, somente.

d) I, II, III e IV.

36. Diante do que dispõe a Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), assinale a alternativa incorreta:

a) Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.

b) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

c) A autoridade judicial ou administrativa competente determinará o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração.

d) O Ministério Público, se não intervir no processo como parte, atuará obrigatoriamente, como fiscal da lei, sob pena de nulidade.

37. De acordo com a Constituição Federal do Brasil, de 1988, é de competência privativa da União legislar sobre:

I – Direito Tributário

II – Direito Eleitoral

III – Direito do Trabalho

IV – Direito Penitenciário

Estão corretos somente os itens:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) I, II e IV.

38. Assinale a alternativa correta acerca da ação direta de inconstitucionalidade por omissão:

- a) Cabem embargos da decisão que indeferir a petição inicial.
- b) Proposta a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, se admitirá desistência.
- c) O relator deverá solicitar a manifestação do Advogado-Geral da União, no prazo de 15 (quinze) dias.
- d) O Procurador-Geral da República, nas ações em que não for autor, terá vista do processo, por 15 (quinze) dias, após o decurso do prazo para informações.

39. Assinale a alternativa em desconformidade com as disposições do Código Civil acerca da sociedade limitada:

- a) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- b) A designação de administradores não sócios dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de 2/3 (dois terços), no mínimo, após a integralização.
- c) Pela exata estimação de bens conferidos ao capital social respondem solidariamente todos os sócios, até o prazo de três anos da data do registro da sociedade.
- d) O uso da firma ou denominação social é privativo dos administradores que tenham os necessários poderes.

40. Analise as assertivas a seguir:

I – A obrigação tributária é principal ou acessória.

II – A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

III – A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

IV – A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

Tendo em vista o que dispõe o Código Tributário Nacional, é correto o que se afirma em:

- a) I, II e III, somente.
- b) II, III e IV, somente.
- c) II e III, somente.
- d) I, II, III e IV.

41. Assinale a alternativa que não corresponde a um elemento caracterizador da relação de emprego:

- a) Subordinação.
- b) Sujeição.
- c) Onerosidade.
- d) Pessoalidade.

42. Na modalidade do regime de tempo parcial, após cada período de doze meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, de _____ dias, para a duração do trabalho semanal superior a vinte e duas horas, até vinte e cinco horas.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna acima:

- a) 18.
- b) 16.
- c) 14.
- d) 12.

43. Das decisões definitivas ou terminativas das Varas e Juízos, no prazo de 8(oito) dias, é cabível para a instância superior:

- a) Agravo de Petição.
- b) Embargos.
- c) Recurso Ordinário.
- d) Recurso de Revista.

LEGISLAÇÃO

44. A Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo. Das alternativas a seguir, uma não atende o dispositivo dessa lei. Aponte essa alternativa.

- a) Os estudos, plantas, projetos, laudos e qualquer outro trabalho de engenharia, de arquitetura e de agronomia, quer público, quer particular, somente poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico quando seus autores forem profissionais habilitados de acordo com a Lei nº 5.194/66.
- b) Só poderá ter em sua denominação as palavras engenharia, arquitetura ou agronomia a firma comercial ou industrial cuja diretoria for composta, em sua maioria, de profissionais registrados nos Conselhos Regionais.
- c) São nulos de pleno direito os contratos referentes a qualquer ramo da engenharia, arquitetura ou da agronomia, inclusive a elaboração de projeto, direção ou execução de obras, quando firmados por entidade pública ou particular com pessoa física ou jurídica não legalmente habilitada a praticar a atividade nos termos da Lei nº 5.194/66.
- d) Os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) são órgãos de fiscalização do exercício das profissões de engenharia, arquitetura e agronomia, em suas regiões, sendo uma das suas atribuições relacionar os cargos e funções dos serviços estatais, paraestatais, autárquicos e de economia mista, para cujo exercício seja necessário o título de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo.

45. Em conformidade com a Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, que institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de engenharia, de arquitetura e agronomia; autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, de uma Mútua de Assistência Profissional, analise os itens:

- 1. Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART).
- 2. Os mandatos da Diretoria Executiva terão duração de dois anos, sendo gratuito o exercício das funções correspondentes.
- 3. Os membros da Diretoria Executiva somente poderão ser destituídos por decisão do CONFEA, tomada em reunião secreta, especialmente convocada para esse fim, e por maioria de 2/3 (dois terços) dos membros do Plenário.
- 4. O valor pecuniário das prestações assistenciais variará até o limite máximo constante da tabela a ser aprovada pelo CONFEA, nunca superior à do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).
- 5. A ajuda farmacêutica, sempre reembolsável, ainda que parcialmente, poderá ser concedida, em caráter excepcional, desde que comprovada a impossibilidade momentânea de o associado arcar com o ônus decorrente.

É correto afirmar que são verdadeiros apenas os itens:

- a) 2, 3, 4, e 5.
- b) 1, 3 e 5.
- c) 1, 3, 4 e 5.
- d) 2, 3 e 4.

46. Atribua C para a assertiva correta e E para a errada, depois marque a alternativa que traz a sequência correta, de cima para baixo, de acordo com a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor.

- () No caso de fornecimento de produtos in natura, será responsável perante o consumidor o fornecedor imediato, exceto quando identificado claramente seu produtor.
 - () Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
 - () Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.
 - () Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.
 - () O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em: trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis; sessenta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
- a) E, C, E, C, C.
 - b) E, C, C, C, C.
 - c) C, C, C, C, C.

d) C, C, C, C, E.

47. A Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional. De acordo com essa Lei, não é verdadeira a alternativa:

- a) A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.
- b) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado. A indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.
- c) As disposições da Lei nº 8.429/92, são aplicáveis, no que couber, àquele que, sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.
- d) A comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.

48. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. À luz dessa Lei aponte a alternativa errada.

- a) Nas contratações destinadas à implantação, manutenção e ao aperfeiçoamento dos sistemas de tecnologia de informação e comunicação, considerados estratégicos em ato do Poder Executivo federal, a licitação poderá ser restrita a bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o processo produtivo básico de que trata a Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001.
- b) É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.
- c) A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.
- d) Será dada publicidade, anual, em órgão de divulgação oficial ou em quadro de avisos de amplo acesso público, à relação de todas as compras feitas pela Administração Direta, de maneira a clarificar a identificação do bem comprado, seu preço unitário, a quantidade adquirida, o nome do vendedor e o valor total da operação, podendo ser aglutinadas por itens as compras feitas com dispensa e inexigibilidade de licitação.

49. Analise o texto a seguir e marque a alternativa que faz a afirmação correta.

O exercício da especialização de Engenheiro de Segurança do Trabalho, de que trata a Lei no 7.410, de 27 de novembro de 1985, será permitido exclusivamente ao:

- I – Engenheiro ou Arquiteto, portador de certificado de conclusão de curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, a ser ministrado no País, em nível de pós-graduação;**
- II – portador de certificado de curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, realizado em caráter prioritário, pelo Ministério da Educação.**
- III – possuidor de diploma de Engenheiro de Segurança do Trabalho, expedido pelo Ministério da Educação.**
- IV – possuidor de registro de Supervisor de Segurança do Trabalho, expedido pelo Ministério do Trabalho.**

- a) São verdadeiras somente as afirmações dos itens I e III.
- b) São verdadeiras as afirmações dos itens I, II, III e IV.
- c) É verdadeira somente a afirmação do item I.
- d) São verdadeiras somente as afirmações dos itens I, III e IV.

50. À luz da Lei nº 4.076, de 23 de junho de 1962, que regula o exercício da profissão de geólogo, aponte a alternativa errada.

- a) A competência e as garantias atribuídas aos geólogos ou engenheiros-geólogos, através da Lei no 4.076/62, são concedidas sem prejuízo dos direitos e prerrogativas conferidos a outros profissionais da engenharia pela legislação que lhes é específica.
- b) A fiscalização do exercício da profissão de geólogo será exercida pelo Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura e pelos Conselhos Regionais.
- c) O exercício da profissão de geólogo será somente permitido aos portadores de diploma de Geólogo, expedido por curso oficial, vedado os diplomas expedidos por estabelecimento estrangeiro.
- d) Trabalhos de prospecção e pesquisa para cubação de jazidas e determinação de seu valor econômico é uma competência do geólogo ou engenheiro geólogo.